

A (re)emergência das noções de meio no contexto contemporâneo do neoliberalismo e de economia destruidora

The (re)emergence of the concept “milieu” in the contemporary context of neoliberalism and destructive economy

La (ré)émergence du concept de milieu dans le contexte contemporain du néolibéralisme et de l'économie destructrice

Cláudio Luiz Zanotelli
Universidade Federal do Espírito Santo
claudio.zanotelli@ufes.br

Resumo

O artigo trata da abordagem geográfica sobre a (re)emergência do conceito de meio nos quadros da análise das racionalidades econômicas neoliberais contemporâneas. Pretende-se retratar preliminarmente os diferentes sentidos da noção e conceito de meio e sua relação com as noções de meio ambiente e de ecologia. Em seguida, aborda-se a perspectiva da economia destruidora e de devastação ambiental em seu contraponto com o conceito de meio. Em conclusão, constata-se a emergência de novas perspectivas do meio que abrem possibilidades outras na relação da sociedade e da natureza.

Palavras-chave: meio; ecologia; economia destruidora; neoliberalismo

Abstract

The paper deals with the geographical approach on the (re)emergence of the concept of “milieu” in the frameworks of the analysis of contemporary neoliberal economic rationalities. It is intended to preliminary retrace the different meanings of the notion and concept of “milieu” and its relationship with the notions of environment and ecology. Next, we approach the perspective of the destructive economy and environmental devastation in its counterpoint with the concept of medium. In conclusion, there is the emergence of new perspectives of the “milieu” that open up other possibilities in the relationship of society and nature.

Keywords: *environment; milieu; ecology; destructive economy; neoliberalism*

Résumé

L'article traite de l'approche géographique sur la (ré)émergence du concept de milieu dans le cadre de l'analyse des rationalités économiques néolibérales contemporaines. Il retrace de manière succincte les différentes significations de la notion et du concept de milieu et sa relation avec les notions d'environnement et d'écologie. Puis, nous aborderons la perspective de l'économie destructrice et de la dévastation environnementale dans son contrepoint avec le concept de milieu. En conclusion on constatera qu'il émerge de nouvelles perspectives de milieu qui ouvrent d'autres possibilités dans la relation de la société et de la nature.

Mots-clés: mésologie ; milieu ; écologie ; économie destructrice ; néolibéralisme

Introdução

O artigo realiza uma abordagem geográfica sobre a (re)emergência do conceito de meio nos quadros da análise das racionalidades econômicas neoliberais. A metodologia se baseia na leitura da trama epistemológica histórica da ressignificação de conceitos em situação de disputas discursivas e não discursivas, materiais e simbólicas, em meio às disputas entre os campos dos saberes e as relações de poder. Pretende-se retrair preliminarmente os diferentes sentidos da noção e conceito de “meio” e sua relação com os conceitos de “meio ambiente” e de “ecologia”. Em seguida, aborda-se a perspectiva da economia destruidora e de devastação ambiental em seu contraponto com o conceito de meio, constata-se novas perspectivas do “meio” que abrem possibilidades outras na relação da sociedade e da natureza. Assim, procura-se analisar o conceito de meio e seus avatares à luz de fatos que contribuam para melhor entender esse fenômeno crescente de destruição, que tem como pano de fundo a “livre concorrência”, a “livre iniciativa” e o discurso reiterado da “capacidade técnica” e da “criação de riqueza”, que seriam de interesse coletivo.

Uma breve genealogia da noção e do conceito de meio

Interrogamo-nos por que, diante de uma expansão “a ferro e fogo”, fomos e ainda somos cegados pela ideia de “desenvolvimento”, por que a geografia econômica, a geografia regional, a geografia crítica e a economia política crítica do espaço e do território não conseguiram se desprender totalmente das racionalidades que veem a natureza como uma mecânica? Às vezes esses campos dos saberes constata os fatos, mas não tiram as consequências necessárias de uma mudança radical de posição em relação ao “desenvolvimento” e ao “crescimento econômico”, mesmo se várias fórmulas teóricas, como de praxe, são acompanhadas do prefixo “eco” ou das palavras “ambiental”, “meio ambiente” ou ainda “sustentável”.

As condições de possibilidade num espaço e tempo determinados condicionam e condicionaram a emergência das ciências humanas dominantes, que foram associadas desde cedo, nos séculos XVIII e XIX, ao capitalismo colonial e imperial. Emergiram num campo discursivo estratégico erguido pelo próprio capitalismo, que pretendia e pretende ser portador do “progresso” associado à difusão da “civilização”, mas críticas, alertas e

aprendizados diversos e práticos dos estudiosos da natureza e da sociedade desde cedo, também, chamavam a atenção sobre os riscos e perigos para os quais se estava orientando o “progresso”. Porém, muitos cientistas, filósofos, naturalistas, geógrafos, economistas, antropólogos etc. ainda pensavam, e muitos ainda pensam, o capitalismo como um “mal necessário” para se chegar ao progresso e à libertação da exploração: tinha-se que “curar o mal pelo mal”. Contemporaneamente, a atualização desse debate é obscurecida por um erro de diagnóstico sobre o próprio neoliberalismo, acreditando-se que ele é uma radicalização das teorias neoclássicas do “*laissez-faire*”; assim, deixam-se nas sombras as inovações conceituais e epistemológicas do neoliberalismo que serão a base da sociedade do risco e do perigo, difundidas diariamente por meio da concorrência e da fabricação do sujeito neoliberal. Esses processos são fundados num intervencionismo pelo meio e à distância, inventados no século XVIII, estimulados e enquadrados pelo Estado, e coetâneos da emergência das noções de meio nas ciências e na geografia em particular. Isso se desdobrará e acentuará as incontroláveis intervenções destruidoras lastreadas na tecnologia.

Problematizam-se, desse modo, as “novas formas neoliberais” que têm levado a um redensolvimento no desenvolvimento (ou uma recolonização de territórios interiores) capitalista penetrando cada vez mais em espaços até pouco tempo atrás em relativa pouca exploração e exploração, destruindo riquezas comuns por meio da espoliação acentuada e de uma expansão e reprodução ampliada do capital nas formas das relações de trabalho e da organização produtiva (DARDOT; LAVAL, 2017). As novas formas de exploração e de exploração do território estão associadas ao que se chamou de “novo neoliberalismo”, mas que se revela de fato ser um neoliberalismo de guerra estratégica dos governos do Estado e das empresas contra parcela majoritária da própria sociedade. (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021).

Para realizar tal intento, iremos, no que segue, de maneira sintética realizar uma epistemologia do debate sobre a emergência da noção e do conceito de meio na geografia e em outros campos do saber.

Toda noção ou conceito surge numa dada configuração prática e de uma história das racionalidades. Na análise do sentido de meio e de ambiente ou de meio ambiente, busca-se utilizar a metodologia de Foucault para compreender as problemáticas que emergem num campo dos saberes associadas às práticas discursivas e não discursivas que lhe são correlatas (FOUCAULT, 2001; TAYLAN, 2018).

Os conceitos não são entidades, bem como as verdades produzidas pela ciência, pairando sobre as sociedades e sobre as histórias, mas nascem no barro trabalhado da prática política, social, científica e filosófica que lhes dá suporte. Por isso não há sentido em querer traçar uma gênese de um conceito inalterado que emergiria em épocas distintas, ou falar de pessoas que anteveriam coisas que aconteceriam décadas ou séculos depois, como se previssem o futuro, como uma espécie de ciência da adivinhação, que outros em sua época não teriam visto. As condições de possibilidade da emergência da noção de meio e de ambiente ou de meio ambiente são particulares aos séculos XVIII e XIX e serão retrabalhadas no século XX e XXI e supõem uma rede entrecruzada de diversos campos

discursivos que pretendemos entender para melhor compreender o presente da destruição da natureza que já foi antevisto, em função das práticas de racionalização existentes no passado, nos processos de domesticação da natureza que indicaram a necessidade de se temperarem a expansão, a colonização e a industrialização por meio da proteção da natureza.

Nesse sentido, pretendemos retratar essa genealogia, no momento em que os discursos se associam às práticas, ou ainda por meio de uma arqueologia – no sentido de compreender o feixe de formações discursivas presentes num solo de um determinado momento histórico em um espaço dado –, com o objetivo de reenquadrar a perspectiva contemporânea de um desequilíbrio nas trocas de riquezas entre o Sul global e o Norte global. Essas últimas revelam uma injustiça ambiental e social herdadas das formas coloniais de exploração e de exploração do meio, que foram elas mesmas percebidas e analisadas pelos discursos científicos e políticos no século XVIII e XIX, que foram igualmente, ao mesmo tempo e paradoxalmente, fundamentais para o processo de expansão imperialista do capitalismo (HICKEL; DORNINGER, WIELAND; SUWANDI, 2022). Não obstante, temos de temperar as noções de Sul e Norte globais em função da evolução das formações territoriais que se inscrevem num e noutro conjunto que estão em constante transformação, como a própria noção de Terceiro Mundo no passado, pois por debaixo da unidade discursiva floresce uma diversidade desses conjuntos que torna difícil, em face do capitalismo global em rede, definir exatamente esses agrupamentos de Estados que corresponderiam ao conceito Sul global. Há uma dissonância desde a emergência da globalização entre conjuntos geopolíticos de nações e conjuntos de redes econômicas das formas multinacionais complexas que atravessam os territórios e são ao mesmo tempo polarizadas e fragmentadas em diversas escalas, com suas direções localizadas em territórios privilegiados no Norte global, mas também, em menor medida, em determinados territórios do Sul global (VELTZ, 1996).

Associadamente aos questionamentos anteriores, perguntamo-nos como a economia política ou a ecologia política ou a geografia social ou a geografia ambiental ou ainda o meio geográfico (se isso não for um pleonasmo) podem, nos tempos atuais, enfrentar a problemática de uma reviravolta na forma de encarar a partilha do humano e do não humano estabelecida desde o século XIX e que teve consequências que se refletem na forma atual da exploração?

Muito se escreveu na geografia sobre a necessária, intrincada e indiscernível relação da sociedade e da natureza, do humano e do não humano, porém, a nosso ver, há ainda abordagens dominantes, que, malgrado se refiram à destruição, ao colapso, provocados pelo capitalismo atualmente, ainda não conseguiram superar uma abordagem dicotômica, da relação do sujeito (sociedade) com o objeto (meio). Por outro lado, falta estabelecer um elo claro entre os modos de exploração da força de trabalho e os modos de exploração e exploração da natureza, entre as racionalidades da economia *standard* e a natureza. Acharmos importante estudar os processos de “fabricação do sujeito neoliberal”, da difusão do *empresariamento* de si mesmo e das disputas concorrenciais entre as pessoas como uma causa fundamental dos processos de exploração e exploração sem limites da

natureza. Do ponto de vista das sociedades humanas há uma “história contra a natureza” que opera a identificação dos processos naturais como externos ao homem ou ainda que pensa a possibilidade de “corrigir” ou de reformar a própria Terra na perspectiva de que tudo pode ser tentado em termos de técnica.

Diante desses fatos e do desenvolvimento das várias interpretações sobre a noção ou o conceito de meio, pensamos ser importante resgatar, ainda que de forma preliminar, o aparecimento e os diversos sentidos do conceito de meio para melhor entender o destino que teve no quadro das ciências da natureza e das ciências humanas.

O termo e a noção de meio aparecem nos discursos científicos no século XVIII e têm variado destino no século XIX. Segundo Canguilhem, a noção, mas não o termo meio, emergiu com um sentido estritamente mecânico em Newton no século XVIII, como um “efeito à distância sobre os corpos” quando ele se referia a um fluido:

A noção mecânica, mas não o termo, aparece com Newton, e o termo meio, com sua significação mecânica, está presente na Enciclopédia de D’Alembert e Diderot, no artigo *Milieu*. [...] Os mecanicistas franceses chamaram meio o que Newton entendia por fluido, e cujo tipo, senão o arquétipo único, é na física de Newton o éter (CANGUILHEM, 1952, p. 129-130, *apud* FOUCAULT, 2004a, p. 29).

Posteriormente, o termo vai aparecer em contexto diferente na biologia com Buffon, Lamarck e, por outro lado, com Auguste Comte. Com Lamarck o sentido de meio é o de ser exterior aos indivíduos, pois ele simplesmente os envolveria (daí advêm as concepções de *environnement* em francês, aquilo que envolve o ser humano), concepção que se expressou claramente com o *milieu ambient* (literalmente meio ambiente, que se tornou dominante no Brasil até recentemente), termo cunhado pelo naturalista Étienne Geoffroy de Saint-Hilaire no caudal das influências de Lamarck, que via o meio como uma “circunstância” e a vida em luta com a natureza externa que a envolve; a vida, assim, procurando se adaptar a essa natureza externa (CANGUILHEM, 1952). Apesar disso, o lamarquismo não era um mecanismo, como o será mais tarde, no fim do século XIX com certos neolamarquianos; segundo Canguilhem (1952, p. 165-167) ele era um “vitalismo nu. Há uma originalidade da vida que o meio não dá conta, que ele ignora”. O meio, assim, nessa acepção é estrangeiro, é exterior no sentido próprio da palavra. Para Lamarck a “natureza é externa à vida” (CANGUILHEN, 1952, p. 168), portanto, uma perspectiva dualista vida-natureza se inscreve na perspectiva de uma domesticação da natureza como forma de adaptação.

Segundo Ferhat Taylan, Auguste Comte teria feito uma grande síntese da racionalidade mesológica associada ao conceito de meio, que tem relação com contexto pós-revolução francesa, procurando uma fórmula de se constituir uma modificação limitada do mundo, colocando fim às ilusões da revolução que propunha a transformação ilimitada do homem: “Somente as leis da natureza – donde aquela transversal de meio – podem organizar os conhecimentos do homem individual e social em ligação com os meios físicos, biológicos e sociais nos quais ele existe” (TAYLAN, 2018, p. 21).

Propalando uma continuidade entre o real, a ordem do mundo e o conhecimento, mas não como se pensa comumente uma relação analógica de semelhança entre a ordem social e a ordem física ou vital, Taylan (2018, p. 21) nos diz que a política mesológica visava uma “harmonia entre o vivente e seu meio”; assim, a ciência positivista é também um projeto político mesológico conduzindo a um poder regulador pelo “qual o organismo social deveria se governar se regulando sobre seu meio de vida”.

Essa síntese de Auguste Comte, segundo Taylan, está baseada na noção de “meio ambiente” de Lamarck e de “condições de existência” de Cuvier. O meio retomado por Lamarck de Newton se caracteriza por uma ação física, mecânica, de um fluido ambiente se exercendo sobre tipos “normais”. Ele será, mais tarde, “confrontado ao nascimento do paradigma darwinista fundado não mais sobre tipos, mas sobre as populações viventes onde o ambiente darwinista esboça um espaço de interação no qual as populações não cessarão de se afrontar” (2018, p. 22). Desse modo, em meio de concorrência na luta pela sobrevivência, a ideia de “harmonia” positivista na convivência do ser vivente e seu meio não poderia mais ser pretendida.

Em efeito, para Canguilhem a interpretação de Lamarck é diferente da de Darwin, porque

Lamarck pensa a vida segundo a duração [como fazer para se manter vivo: a ‘vida resiste unicamente em se deformando para sobreviver’], por sua vez Darwin pensa-a antes como uma interdependência, uma forma vivente que supõe uma pluralidade de outras formas com as quais ela está em relação (CANGUILHEM, 1952, p. 172).

É uma visão sinóptica que se aparentaria àquela dos geógrafos de sua época: desta maneira, para Canguilhem o meio de Darwin é um meio biogeográfico.

Para Canguilhem (1952, p. 173), Humboldt e Ritter¹ “aplicam a seu objeto, às relações do homem histórico e do meio, a categoria de totalidade” e teriam em sua abordagem um determinismo do suporte geográfico sobre a história, o que teria levado à antropogeografia e à geopolítica de Ratzel, que defendia o famoso “espaço vital”. Assim:

Pode-se resumir o espírito desta teoria das relações do meio geográfico e do homem dizendo que fazer a história consiste em ler uma carta, compreendendo por carta a configuração de um conjunto

¹ A biogeografia de Alexander Von Humboldt, criador dos famosos quadros da natureza, que associam aspectos distintos do clima, da altitude, do solo, da geologia, das culturas e da agricultura nas observações que fez dos Andes no início do século XIX, se inscreveria nessa grande tradição da geografia grega do Ectimeno e ciência da coordenação do espaço humano em relação com a configuração e os movimentos celestes, quer dizer, a geografia matemática, que foi fundada por Eratóstenes e Ptolomeu. O orgânico está numa relação de determinação por parte do suporte físico da natureza. Mas, como nos demonstra Paulo Scarim, em Humboldt há uma “força vital” associada à fisionomia das regiões, havendo para ele uma ligação, uma unidade da vida orgânica com o que a rodeia (SCARIM, 2021b, p. 14-15). Seria isso um determinismo mecânico do meio sobre os organismos?

de dados métricos, geodésicos, geológicos, climatológicos e de dados descritivos biogeográficos (CANGUILHEM, 1952, p. 174).

Canguilhem nos diz que, à sequência dessa primeira leitura mecanista da formatação de formas orgânicas, sucede a explicação mecanista dos movimentos do organismo no meio, vendo o orgânico como uma mecânica, como reagindo aos estímulos de um meio, com os determinismos da própria psicologia que vão considerar os animais, os organismos vivos, como um objeto de um feixe de estímulos que levarão às reações variadas no meio. Por isso, a noção de “meio de comportamento coincide com o meio geográfico, o meio geográfico com o meio físico” (CANGUILHEM, 1952, p. 175).

Canguilhem sublinha a abordagem que é predominante no livro maior de Humboldt, *Cosmos*, cujo subtítulo é “Ensaio de uma descrição física do mundo”, como uma pretensão totalizante do conhecimento, submetendo-o a uma certa mecânica do mundo. Sobre essas concepções mecanistas de respostas dos organismos a excitações externas na biologia, na geografia ou na psicologia, Canguilhem (1952, p. 176) escreve que: “Nós vemos bem indivíduos, mas são objetos; nós vemos gestos, mas são deslocamentos; vemos centros, mas são *environnements* [ambientes]; vemos maquinistas, mas são máquinas”. Canguilhem nos diz ainda que essa metodologia encontrou, inicialmente, na própria geografia seus limites e a ocasião de sua reversão. A geografia se defrontou posteriormente com os complexos de elementos cujas ações se limitam reciprocamente e onde os efeitos das causas se tornam, por sua vez, causa, modificando a causa que lhes deu nascimento. Cite-se, nesse sentido, o exemplo das espécies vegetais que acabam por constituir seu próprio meio, ou ainda o célebre exemplo do carrapato analisado na primeira metade do século XX (UEXKÜLL, 1965 [1956]) que escolhe e conforma seu meio, demonstrando que os organismos, os animais e as plantas não são puros reflexos ou puros objetos suscetíveis a estímulos. Ou, como cita Scarim (2021b, p. 10), a observação de Claude Bernard no século XIX sobre o ser vivo não viver entre leis, mas entre seres vivos e acontecimentos, pois “o meio do ser vivo também é obra do ser vivo”.

Por outro lado (em uma perspectiva complementar, parece-nos), Geraldino (2010) demonstra que há uma passagem do meio como noção de um “entrelugar” ao meio como um veículo e, finalmente, ao meio como um organismo e seu envoltório. Assim, de Newton à Darwin, passando por Lamarck, o meio é ambiente, termo relativo a algo central, um fluido ou entorno no qual está imerso um organismo. No entanto, segundo Geraldino (2010, p. 63), Auguste Comte, “mais do que entender o meio como um fluido ao qual um organismo estaria imerso, pretende utilizá-lo como o conjunto total das circunstâncias externas necessárias para a existência de qualquer organismo”. Geraldino conclui que o conceito de meio na física de entremeio tornou-se naturalista (meio de algo) e com Comte ele passou a ser “meio definido em si próprio”. O autor também escreve que em português meio e ambiente teriam sentidos sinônimos, bem como seria próximo da noção de ecologia. Voltaremos mais adiante às diferenças e complementaridades que existem entre esses termos para alguns autores.

Por outro lado, ainda, a assertiva de Canguilhem sobre a emergência, em alguns cientistas, do mecanismo na formatação das formas e da explicação mecanista dos movimentos do organismo em um meio e que se revela na ideia de ação e reação, como vimos, é, em certo sentido, sujeita a nuances. Nesse sentido, Paulo Scarim (2021b, p. 32-48) realiza uma leitura sobre a emergência de vitalismo e de meio no pensamento nos séculos XVIII e XIX em vários autores, entre eles Humboldt, em conexão com a ciência e filosofia de seu tempo. Scarim estabelece que havia uma passagem entre mecanismo e vitalismo por meio de uma associação ou analogia entre corpo e Terra e que estava presente em vários dos pensadores que poderiam ser pensados em uma primeira abordagem como mecanistas. Entendemos que ele estabelece que o sistema da vida e do mecanismo estariam associados ao jogo de forças da natureza externa e interna aos corpos na geologia, na física do mundo e no Kosmos e comporiam, dessa maneira, um todo orgânico baseado na articulação da física e da química. A Terra vista como um “corpo” organizado. Essas interpretações são desenvolvidas pelo autor em outro artigo de maneira mais detida sobre o meio e seu lugar de emergência nas ciências dos séculos XVIII e XIX, demonstrando como o pensamento geográfico se posicionou em relação ao conceito de meio como um agregador das relações entre seres vivos em meio a um transformismo com base em “localidades, situações e conexões através das quais as relações físicas, químicas e biológicas acontecem” (SCARIM, 2021a, p. 12).

Ainda trazendo uma nuance para essas afirmações de Canguilhem, Taylan (2018) vai expandir o horizonte da epistemologia dos saberes, demonstrando que há uma prática já no século XVIII de conhecimento da natureza baseada na biogeografia, não mecanista, produzida por diversos naturalistas, cientistas, militares e empregados das administrações coloniais, que procuraram realizar um recenseamento da Terra e que irão produzir conhecimentos que serão utilizados pelos países europeus em seus empreendimentos coloniais que vão ser sistematizados pelos geógrafos. Nessa época da virada do século XVIII para o século XIX, as viagens e expedições ao interior dos continentes africano e americano, bem como asiático e australiano, que eram até então pouco conhecidos, será importante para a ciência, para a economia e para o domínio colonial. A geografia moderna nascente os sistematizará; porém, ao mesmo tempo que eles produzem informações que servem ao projeto imperialista e colonial, também produzem conhecimento sobre os limites dos solos, sobre o relativo e necessário proteger das florestas para sua preservação etc., conduzindo a descrições detalhadas e humanistas muitas vezes das paragens colonizadas, como aquelas feitas por Humboldt, e que pretendiam não separar a história da natureza da história do homem, descrevendo detalhadamente os solos, as populações, e religando as condições de vida às condições do ambiente e suas influências recíprocas numa certa totalidade com as causalidades dos fenômenos ligados entre si, mas que não revelariam ainda uma noção ou conceito de meio.²

² Sobre todos esses pontos, ver Taylan (2018, p. 131-139). Sobre em Humboldt e Ritter ainda não ter emergido o conceito de meio, ver Geraldino (2010, p. 70-71). Nesse último caso pode se dizer, com Canguilhem, que a noção envolvente do meio estava lá, mesmo que o conceito ainda não tivesse emergido ou sido explicitado, mesmo porque Humboldt e Ritter se inserem no movimento das ideias geral de sua época.

Taylan (2018, p.134) afirma que, com a experiência da adaptação das plantas e da domesticação da natureza representada pelos “jardins de aclimação” ou pelos “jardins botânicos” nas metrópoles imperialistas, mas também nas colônias ainda no século XVIII, se processou e se representou uma experiência racional do “*terrain*” (terreno) que traduzirá a interpretação foucaultiana de racionalidade como “uma instância de reflexão no seio da prática” e que contribuirá para a sistematização do conhecimento.

As experiências dos geógrafos, naturalistas, exploradores, cientistas, funcionários coloniais etc., que produzirão relatos, levantamentos e mapeamentos desses mundos até então pouco conhecidos, contribuirão para a construção do que será denominado de mesologia em relação a uma sistematização das relações dos seres vivos com o meio. Assim, teria havido uma mesologia aplicada e prática antes da formulação dos discursos do saber que serão produzidos por Newton, Buffon, Lamarck, Cuvier, Comte e por Humboldt no início do século XIX. Taylan (2018, p. 138) afirma que

na confluência da história das viagens e expedições, da história das ciências, da história do ambiente e da história da expansão europeia, essas pesquisas [de adaptação das plantas aos diferentes solos e climas] apreenderam a prática científica como um lugar de elaboração de um domínio do meio, que fez dos europeus os mestres e os possuidores de ambientes conquistados e que contribui a redefinir as relações das sociedades colonizadas a seu meio natural.

Ligação inegável entre a experiência imperial e a ação de coleta de plantas e animais e de sua adaptação pelos naturalistas. Mas isso também provocou, Taylan (2018, p. 138) nos diz, a emergência de uma sensibilidade nova sobre o meio, complexa e multidimensional que marca ao mesmo tempo a ideia de “uma conservação dos meios exóticos – com uma crítica das práticas de desmatamento – e a intensificação dos saberes procurando controlar os meios naturais como meio de governar os territórios coloniais”, e de passagem captando e integrando os conhecimentos indígenas para melhor explorar esses espaços. Essa heterogeneidade da racionalidade dos discursos e práticas na virada do século XVIII para ao século XIX existe porque ela é alimentada de maneira paradoxal, ao mesmo tempo, tanto por um projeto de reforma social e de dominação política quanto por um projeto de ciência do homem.

Esses vínculos da sociedade e da natureza, para além do que foi constatado no campo dos saberes por Canguilhem, Taylan, Geraldino e Scarim, desde meados do século XVIII, serão trabalhados pelo “possibilismo” da escola de geografia francesa, denominação inventada por Lucien Febvre no início do século XX (BERDOULAY³, 2017

³ Berdoulay tem artigos datados de 1981 e que somente foram traduzidos e publicados no Brasil em 2017, o que dificulta por aqui uma leitura diferencial sobre a escola francesa, que é ainda associada ao certo determinismo ambiental que revelariam os conceitos de “possibilismo”, de “meio natural” e de “gênero de vida”. Essa interpretação pode ser constatada em Marcelo Lopes de Souza (2017, *Por uma geografia libertária*). Por outro lado, é verdade, nos autores franceses do fim do século XIX há certa ambiguidade e relativo determinismo, porém nunca absoluto, nessa relação homem-meio.

[2008]). Essa corrente, que se enquadraria no movimento de ideias do neokantismo, colocava as contingências da relação sociedade-natureza como ponto central, ou seja, indicava de maneira predominante a reciprocidade de causas e consequências na relação da vida com o meio (BERDOULAY, 2017, p. 217). Essa corrente dominante dos geógrafos franceses, segundo Berdoulay, definia que o estudo do lugar, dos modos de vida, é uma forma de identificar as relações dos fenômenos a partir da variedade de escalas e de conexões e interseções que diferem do aspecto puramente determinista de um meio.

Por seu lado, na contramão dessa leitura, Yves Lacoste (1980) criticou a visão do gênero de vida da geografia tradicional francesa em sua acepção localista e regionalista de “empilhamento” entre os fenômenos físicos e sociais que assinalavam as coincidências dessas configurações para dar sentido a um território e onde se dava, predominantemente, antecedência explicativa à geologia sobre a qual se projetavam os outros fenômenos da vida e da sociedade. Para Lacoste isso é um empecilho para as abordagens multiescalares em diferentes níveis e constantemente mutáveis na conexão dos fenômenos à geometria variável que se dão sobre os territórios e que dependem da contingência e das relações diferenciais que dão toda sua importância aos acontecimentos políticos e geopolíticos. Para Geraldino (2010, p. 80-87), a partir de citações de Vidal e de Maximilien Sorre, o meio e o gênero de vida constituem as duas faces do mesmo problema, pois “as causas geográficas agem sobre os homens por meio dos fatos sociais” que estão associados a uma cultura e deixam suas marcas cumulativas nos territórios e, assim, os homens se projetam no gênero de vida.

Por sua vez, Taylan (2018, p. 129-137) indica que certa perspectiva da geografia se inscrevia na tradição da associação da vida com as condições do meio, das condições de possibilidade para a existência da vida, demonstrando uma conexão necessária dela com a Terra, conforme vimos em Scarim (2021a, 2021b). Isso será extrapolado para a própria construção da estratégia geopolítica de “espaço vital” de existência, como para todos os seres vivos, de um território necessário como espaço de vida para um povo ou uma nação. Nessa toada, segundo Geraldino (2010, p. 87), Max Sorre nos falará nos anos 1950 de três complexos: o complexo clima (interferindo sobre a vida), o complexo vivo (complexo de subsistência e complexos patogênicos) e o social (o complexo cultural), esse último sendo o mediador entre os três complexos na constituição de uma ecologia do homem.

Berdoulay nos diz, no entanto, que entre os geógrafos franceses do fim do século XIX e do início do século XX, momento da expansão imperialista do capitalismo, havia, por um lado, os “otimistas com o progresso” capitalista (ou da “civilização” industrial ocidental) que pensavam numa certa evolução positiva da “destruição criadora” na relação sociedade-natureza (pensando em escolhas e retroações “positivas” provavelmente e que criaram novas normas e que seriam absorvidas pelo meio) e, por outro lado, os “pessimistas” que viam as modificações provocadas pela “civilização” – no caso da corrente vidaliana dominante nunca se referindo ao capitalismo, ao contrário das análises de Elisée Reclus (1990 [1905]) – com uma crítica sobre o que ela trazia da “economia

destrutiva”, com a presença da figura proeminente e principal de Jean Brunhes nesse último grupo.

Contemporaneamente, parcela dos geógrafos utiliza para tratar das relações sociedade-natureza, numa acepção de correlação intrincada entre os dois termos da expressão, a noção de “geografia ambiental” ou (socio)ambiental (SOUZA, 2019). Geraldino (2010, p. 117) dirá que meio, meio ambiente e ecologia seriam sinônimos, defendendo um meio geográfico como o “se saber onde se está” e onde se identificam coexistências e correlações e que, citando Vidal, o “uso comum de um certo espaço, é o fundamento de tudo”.

Porém o ambiente e o meio também se diferenciaram do conceito de ecologia nascente em meados do século XIX. Philippe Pelletier (2016, p. 107) afirma que a ecologia da maneira como emergiu era extremamente dualista, separando o homem do meio, e explica, assim, as diferenças de Reclus com a ecologia e por que ele teria escolhido a noção de “meio”, demonstrando como Haeckel, o criador do termo ecologia, propunha “um retorno à naturalidade” e a “uma ordem social natural”.

Pelletier (2016, p. 111-112) discorre sobre o conceito de *mesologia*, visto anteriormente, e que foi utilizado pela primeira vez por Bertillon em 1860, mas que conforme Canguilhem, Taylan e também Fressoz (2013) estava já em germe como noção desde o século XVIII. Reclus retomará a noção de *mesologia* no livro *O homem e a Terra*, indicando que “o homem é ele mesmo um meio para o homem” e se referindo a um “meio-espaço” e a um “meio-tempo” nas correlações e sobreposições dos aspectos sociais e naturais com uma noção dinâmica de meio. Fórmula aliás muito próxima da utilizada por Laval quando se refere a considerações sobre a importância da noção de meio em Foucault, pois o meio onde vive o homem “é um espaço normativo como tal e a ação humana, transformando o meio, transforma o próprio homem. O homem se produz produzindo seu próprio meio” (LAVAL, 2018, p. 81).

Pelletier (2016, p. 118) nos diz que a noção de meio em Paul Vidal de La Blache – que ao contrário do que invocam Berdoulay e Geraldino seria um tanto quanto determinista – é associada à noção de Haeckel do alemão *Umgebung* ou *umgebende Aussenwelt*, que significaria o “meio que envolve as espécies”, indicando essa externalidade de que falava Canguilhem, e não o *Umwelt* (“meio”), que equivocadamente Vidal atribuiu à Haeckel. Este não fala de *milieu* estritamente falando, mas antes de *environnement*. Para Pelletier esse “erro” de Vidal teria sido a transição da noção por meio da palavra inglesa *environment* que teria sido escolhida por Spencer para traduzir o *milieu* francês: Vidal de La Blache escreve no livro *Princípios da geografia humana*: “essa palavra de meio ou de *environnement* segundo a expressão inglesa” (LA BLACHE, 1922, p. 7, *apud* PELLETIER, 2016, p. 199). Segundo Pelletier, para Paul Vidal de La Blache, *milieu* e *environnement* seriam a mesma coisa. O termo *environnement*, familiar hoje em dia, “veicula um envelope de exterioridade” que não tem precisamente a noção de *milieu*; trata-se das condições externas, segundo Pelletier, de Darwin, que as traduzia pelo conceito de *external conditions*. Reclus, ao contrário de Vidal, nunca teria utilizado o termo *environnement* (ou, traduzido em português, “ambiente” ou “ambiental” ou “meio

ambiente”), bem como não adota o termo ecologia; ele julgava o termo meio, segundo Pelletier (2016, p. 119), mais apropriado como combinação do homem e da natureza, como “harmonia secreta” entre os dois.

O meio, portanto, em alguns autores, teria ainda o sentido de uma mecânica, embora recoberto pela noção de organicidade. Isto porque se está sempre pensando nos efeitos do homem sobre o meio e do meio sobre o homem. Assim, mesmo que se invoque uma não cisão do natural e do humano, o sentido do conceito envia a uma certa noção de “progresso” e de hierarquia entre o homem e seu meio. Portanto, mesmo quando se fala de uma ecologia humana ou de uma geografia humana, não se estaria, assim, invocando essa proeminência, essa hierarquia, ou uma maior inteligência adaptativa do homem ao meio em relação a todos os outros seres? E isso não se traduziria na maior capacidade do homem de se adaptar aos diferentes meios? (Conforme as diferentes citações da geografia clássica elencadas sobre meio que nos relata Geraldino).

Uma outra crítica à noção de meio ambiente vem de Milton Santos, bem como de outros autores que a associam ao “ambientalismo”. Haveria para esse último uma falta de perspectiva histórica que seria substituída por uma sucessão ecológica e de viés biológico (SANTOS *apud* Geraldino, 2010, p. 35-37). Milton Santos defende assim a noção de meio, mas dando um valor que é aquele do meio técnico e do meio técnico-científico-informacional que transforma o modo de vida da própria humanidade, referindo-se à crise ambiental e à predação (SANTOS, 2002, p. 233-259).

Paul Claval (1988) escreverá que Vidal de la Blache era um neolamarquista, que defendia uma adaptação ao meio como gênero de vida, e não como um evolucionismo calcado na seleção natural do “mais forte”. Baseando-se no jogo das dialéticas das posições herdadas de Ritter, ele não teria, dessa forma, sustentado uma espécie de determinismo fraco. Mas isso não invalida o fato de haver sempre a proeminência do homem nessas geografias.

Essas posições sobre a partilha – e/ou conexão – entre determinismo e possibilismo e entre meio, ambiente e ecologia, realizada pelos geógrafos citados mais acima, acabam passando sob silêncio o fato de que na realidade todos, de uma maneira ou de outra, se inscreviam no século XIX e início do século XX nas condições de possibilidade discursivas e nas práticas científicas que associavam, de um jeito ou de outro, em determinado momento, perspectivas que se abriam com os novos conhecimentos, com as novas práticas e com as visões políticas inseridas no quadro do capitalismo colonial e imperial.

Portanto, parece-nos, à luz do que foi visto precedentemente, que não se trata de tentar verificar qual seria o mais correto, mas de observar em que posição se encontrava o campo da geografia naquele momento e como ele integrava a preocupação com o meio ou com ambiente, pouco importando a denominação, e sim o sentido do conceito assumido em determinada ocasião, o meio podendo ser tão determinista quanto o ambiente. Mais do que essa dicotomia determinismo-possibilismo, que acaba recobrindo o principal, o que é importante é constatar a posição em relação à natureza e à relação do humano com o não

humano ou com outros povos, por parte dos geógrafos; é isso que deveria balizar essas leituras, bem como a busca de um ultrapassar das dicotomias que serão reforçadas pelas ciências nascentes no século XIX e que de certa maneira sempre serão problematizadas no campo da geografia.

Augustin Berque (2014), a quem retornaremos no fim deste artigo, quando fala do sentido de sua *mesologia* e do meio e pensando no envolvimento recíproco homem-natureza, refere-se à geografia “possibilista” de Vidal de La Blache, no sentido das possibilidades de escolha, de posições diversas do homem em face da natureza, havendo, portanto, explicitamente, divergências quanto às interpretações que são muito diversas sobre a noção de meio.

Também não se pode deixar de notar que a geografia humana, ou antropogeografia, pensa predominantemente na perspectiva da relação que vai do homem ao meio, para se adaptar ou para transformá-lo em suas diferentes tonalidades, ou ainda para chamar a atenção sobre os desastres que se produzem mediante a intervenção sobre o meio por parte das sociedades. Isso parece estar claro na ecologia do homem, nas exigências do corpo humano, em suas relações com os limites do ecúmeno reivindicados por Maximilien Sorre na relação das sociedades humanas com o ambiente (SORRE, 1943 [1951]). Max Sorre, segundo Rodary (2002), falará, como vimos, de um “meio geográfico” para se referir ao conjunto de três complexos interligados: meio natural (no sentido físico-químico), meio vivente (a biosfera) e o meio humano (no sentido antropogeográfico). Esse autor, que tem sua originalidade associada, entre outras coisas, aos “complexos patogênicos” e que de maneira precoce invoca a questão das doenças emergentes relacionadas com os fenômenos climáticos, nos parece muito atual por vários aspectos internos e externos aos homens e às sociedades do ponto de vista da relação das populações, do clima, da alimentação, em suma, do homem e do meio (SORRE, 2018 [1943, 1951])⁴. Sorre fala de “era do homem” para se referir à história do ecúmeno desde o último período glaciário até a modernidade e invoca algo muito atual quando escreve que: “A variação dos climas no passado mostra que a amplitude de suas mudanças pode exceder a variabilidade de todas as espécies viventes, incluindo a nossa. O homem pode se encontrar banido das vastas regiões do globo” (SORRE, 1951 [1943], t. 1, p. 416). Mas faz essa afirmação não colocando o homem como um fator de mudança climática como hoje em dia, porém reconhecendo que essa mudança pode pôr fim à espécie. Afirma, nesse sentido, que os meios alimentares seriam suscetíveis de diminuir com uma crescente deterioração dos climas e que: “Nada nos assegura que no futuro nós estaremos em condições de repelir o assalto multiforme do parasitismo com o mesmo sucesso [que se teve até então]” (1951, t. 1, p. 417). Invoca, assim, as diversas possibilidades de extinção de espécies em função dessa evolução e indica que: “O ambiente natural no qual vivemos se modifica sem parar, e o destino das doenças infecciosas demonstra que elas são

⁴ Ver, a esse propósito, Sorre (2018). Trata-se da tradução de algumas partes do livro de Max Sorre, *Les fondements de la géographie humaine*, que foi realizada por Ana Leticia Espolador Leitão e José Carlos Braz Machado, em particular o capítulo “Géographie des régimes alimentaires” [“Geografia dos regimes alimentares”], que é o quinto capítulo do “Livre II: Le milieu vivant et l’alimentation de l’homme”.

engenhosas em variar seus modos de ataques” (1951, t. 1, p. 417). Qualquer paralelo com os vírus e outros parasitas e bactérias na atualidade, que se multiplicam e passam dos animais para os homens em função das mudanças do meio com a acelerada destruição dos seus *habitats* em terra e no mar, não é pura coincidência. Sorre prevê o declínio da espécie humana, mas diz em seguida que esses tempos do fim estão muito longe de acontecer, entre outras coisas, pelo estado do conhecimento sobre os “ritmos cósmicos”.

Sorre (1951, t. 1, p. 419) invoca, igualmente, e como fonte de problemas para a relação homem-meio a relação desequilibrada entre crescimento populacional e produção de alimentos, demonstrando uma influência malthusiana e também darwiniana, que, sabemos, não são mais de atualidade, porém quando invoca esse desequilíbrio é para constatar a diminuição da fertilidade dos solos, a devastação de vastas áreas por causa de uma exploração abusiva e os riscos a que isso poderia levar.

Na continuidade de Max Sorre, Pierre George (1977, p. 647) irá propor que se faça uma “geografia das doenças” que são suscitadas pela transformação do meio por causa da poluição em diversas escalas que tem provocado a emergência de patologias ligadas à indústria e à transformação do meio rural e urbano, o que ele chamou de “doença da civilização” e que nós chamaríamos de doença do capitalismo.

O que nos parece interessante no que foi aqui esboçado é o fato de se entender que a perspectiva dos riscos e perigos ambientais existia desde o século XVIII e foi enunciada por diversos autores de maneira ainda mais ou menos explícita. Assim, inscrevemo-nos contra a corrente dominante de que não teria havido reflexões e observações empíricas sobre essa situação de destruição da natureza ainda no século XVIII, portanto questionamos que essas preocupações sistemáticas teriam somente emergido recentemente no seio das práticas científicas, ou ainda que teriam surgido somente com a ideia de conservação e da criação de parques no Estados Unidos no século XIX ou no Brasil já em meados do século XIX. De fato, o alerta sobre a destruição da natureza e os limites que não deveriam ser ultrapassados na sua exploração e exploração foram lançados desde o século XVIII, conforme nos relata Taylan sobre as experiências com as plantas e os solos, alertas feitos por Humboldt e outros autores muito cedo. Essas observações serão ainda mais explícitas em meados do século XIX e na primeira metade do século XX, como vimos com Max Sorre, e se inscreve de maneira crescente no sentido mais amplo de destruição da natureza.

Emergência da noção de economia destruidora

Para além da denominação da relação sociedade-natureza – o ato de criar ou ressignificar um conceito estrategicamente revela uma certa visão, uma perspectiva sobre o real que é extremamente importante e que cria um sentido e um fato permitindo ver as coisas de outra forma e diferente daquela observada até então –, uma questão central que esse debate assumiu desde o século XVIII e marcadamente no século XIX foi a forma de exploração destruidora: industrial, mineraria, desmatamentos, incêndios florestais. No fim do século XIX, Ernest Friedrich criou o conceito de *Raubwirtschaft* (economia destruidora) para nomear esse fato, pensando-o como uma fase ou forma de destruição

criadora e que engendraria uma fase de “progresso” na sociedade. Ora, Jean Brunhes em sua *Geografia humana* (1925[1910]) estimava o conceito interessante, mas criticava o “otimismo exagerado com o progresso” de Friederich (GARCIA; GRANGÉ, 2016, p. 164-173).

Essa economia destruidora é associada por Brunhes ao princípio da degradação da energia e à noção de limite: o conceito de *Raubwirtschaft* “vai de encontro ao paradigma normal das relações homem-meio difundida por um certo darwinismo social na passagem do século XIX para o século XX” (GARCIA; GRANGÉ, 2016, p. 170). Dessa forma, Brunhes se opunha ao “progresso” que excluía os limites ambientais; ele indicava que a revolução industrial se constituía em uma “força geológica nova”. Jean Brunhes, influenciado por seu irmão e físico Bernard Brunhes, inverte a noção de “progresso”: este deveria ser a capacidade da “civilização” em diminuir a velocidade da degradação da energia, quer dizer o processo irreversível da “usura e deterioração do mundo” (GARCIA; GRANGÉ, 2016, p. 170). Dessa forma, a luta racional e científica contra a economia destruidora e a entropia devém o novo critério de progresso das “civilizações”, pois a capacidade da natureza de reagir e reequilibrar os processos é dificultada pela devastação.

Portanto, quando a indústria acelera a devastação da natureza, ela é ruim. Por isso, dizia Bernard Brunhes que “os piores bárbaros são os civilizados!”, no que foi seguido por Jean Brunhes (1925 [1910], p. 445), citando Elisée Reclus, e comparando os “selvagens” aos “civilizados”, e concluindo que esses últimos devastam a natureza de maneira acentuada:

Parece singularmente estranho que a devastação caracterizada com todas suas graves consequências acompanha, sobretudo, a civilização, ao passo que os “selvagens” somente conhecem formas atenuadas. Esses últimos praticam formas parciais de destruição e espoliações, mas não chegam quase nunca à devastação propriamente dita e não sofrem com a miséria que se segue ordinariamente.

Para Jean Brunhes, como observado anteriormente, a crítica é sempre à civilização industrial ocidental, aquela que emergiu junto do conceito de meio, mas nunca ao capitalismo, palavra que não parece fazer parte do vocabulário dos geógrafos da academia francesa na época.

Mas essa noção de economia destrutiva, teria sido relativamente esquecida nos decênios seguintes na geografia francesa por razões diversas, em particular pelo fato de esse campo do saber não ter escolhido o caminho da diferenciação – com o conceito de economia destruidora – das outras disciplinas de ciências humanas e da vida que escolheram, de forma diversa, o caminho das racionalidades que engendraram a noção de “progresso” por meio do desenvolvimento da técnica no capitalismo (GARCIA; GRANGÉ, 2016). Outro aspecto invocado para explicar esse quase esquecimento do conceito de economia destruidora teria sido o lugar particular e “minoritário” que ocupou Jean Brunhes na Geografia francesa, não criando uma escola dominante, ao contrário dos

vidalianos, que dominaram as atribuições de cadeiras nas universidades e institutos e centros de pesquisa (BERDOULAY, 2017 [2008]). Mas, como vimos, com Max Sorre, continuador da escola francesa durante boa parte do século XX, essa preocupação com a destruição, com a questão da relação homem-meio por intermédio da devastação e das áreas variáveis com a emergência de perigos recorrentes com as análises sobre os complexos patogênicos, esteve presente também.

Um dos aspectos da economia destruidora propalada pela economia clássica, é que eles apreendiam os “fatores naturais como um bem livre, infinito e inalterável e desconectado das atividades humanas; é a acumulação do capital, fator raro criada pelos homens que limita o crescimento” (PASSET, 1979, p. 41, *apud* GARCIA; GRANGÉ, 2016, p. 173). Essa desmaterialização será ainda mais acentuada pela corrente neoclássica do fim do século XIX.

Pensamos que esses fatos constatados na leitura de um autor clássico da geografia como Jean Brunhes desde o início do século XX são acentuados de forma diferencial pela atual fase neoliberal, que é distinta da economia neoclássica em diversos pontos, pois para além de uma perspectiva de um “mercado livre” e da concorrência com a construção de modelos abstratos e idealizados do agente de mercado que provoca a concorrência “pura e perfeita” e levaria ao “equilíbrio” na busca pelo valor utilidade essencializador, onde o Estado não deveria se ingerir, os neoliberais teorizaram desde o período entre as duas guerras mundiais sobre uma conceptualização da governamentalização da sociedade pelo interesse. E, ao contrário do que comumente se pensa, mobilizaram muitas vezes categorias consideradas como conservadoras como modelo para a sociedade, propondo uma ordem social baseada no núcleo familiar e na defesa dos “valores ocidentais”, que são aqueles da “liberdade de empreender” inscrita na essência dessa “civilização” (DARDOT *et al.*, 2021).

Assim se promoveu uma internalização nos sujeitos dos preceitos do capitalismo que foi contemporaneamente e cada vez mais associada a um intervencionismo jurídico e a um poder de coerção do Estado para provocar essa concorrência e essa “liberdade de mercado”, revelando um lado autoritário do neoliberalismo pouco teorizado até recentemente nos críticos do capitalismo. Desta maneira, o neoliberalismo não é uma radicalização do liberalismo ou da economia política clássica, muito menos uma retomada radicalizada da economia neoclássica teorizada no fim do século XIX. A economia neoliberal introduziu a noção de perigo e de risco aos quais devem estar inseridos todos os homens-empresas e que leva a uma *ilimitação* da concorrência e do próprio consumo, que tem repercussões evidentes sobre os riscos vividos pelos sujeitos em sua própria vida e os riscos ao meio que se multiplicam.⁵

Essa situação se reflete, portanto, na equação neoliberalismo-exploração-exploração que é representada pela apropriação desigual nas trocas internacionais entre o

⁵ Sobre todos esses pontos podemos consultar o trabalho seminal de Foucault (2004b), *Naissance de la biopolitique*.

Norte global e o Sul global, que vê drenada sua riqueza coletiva para os países do Norte por meio do sistema desigual das trocas, porém com situações muito diferentes entre os países e, ainda, no interior dos países entre as diferentes classes sociais.

Retornando às questões de contexto da obra de Jean Brunhes em relação à economia destrutiva, constata-se uma ausência da dimensão política ou da crítica ao capitalismo propriamente dito, que em tal autor se tratava de uma crítica à “civilização” ou ao “homem” genérico, e não ao capitalismo. Ao contrário, nesse particular, o que se pode depreender da obra de Marx é que, a partir das leituras de Liebig sobre a fertilidade dos solos de meados do século XIX, se refere a uma ruptura metabólica do capitalismo na relação da produção humana com as condições naturais (FOSTER, 2011), ainda que em Marx tenha despontado de forma dominante e central em sua obra uma certa necessidade do “progresso” como horizonte necessário no capitalismo para se atingir a sociedade sem classes. No entanto, isso foi temperado pelos escritos do último Marx, mas, também, em *O capital* ele reconhece a contingência e as situações históricas específicas de populações diversas em face do capitalismo que leva a metabolismos transformadores da forma de vida.⁶

Um outro geógrafo que demonstrou uma sensibilidade e uma percepção sobre a destruição do meio ainda no início do século XX, realizando uma crítica à predação do território norte-americano, foi Carl Sauer. Ele se inseriu na continuidade da linha crítica enunciada precedentemente, demonstrando, desde os anos 1920, uma abertura à antropologia a partir de sua noção de paisagem cultural e de suas transformações nos Estados Unidos que levaram à “sobre-exploração de recursos naturais”. Ele também denunciou a situação dos indígenas americanos que foram espoliados e despossuídos de suas terras (ZANINETTI; MATHEWSON, 2016; SAUER, 1998). Diga-se, de passagem, que, na geografia praticada no Brasil no passado, a questão indígena foi pouco abordada ou alguns povos o foram como sendo povos semicivilizados, como por exemplo as expedições organizadas pelo IBGE e cujos relatórios ilustrados por fotografias foram publicados na Revista Brasileira de Geografia entre 1939 e 1968 (Cf. SANTOS, 2022).

Fazendo um salto histórico e mais perto do momento presente e seguindo as análises de Garcia e Grangé (2016, p. 174-177), um outro geógrafo que realizou uma crítica pregnante ao capitalismo destruidor, nos anos 1970, foi William Bunge. Ele desenvolveu uma geografia da sobrevivência humana como limite fundamental da economia destruidora e na qual a crítica às formas da relação *humanidade-maquinidade-natureza* o levou a propor a superação da propriedade privada, transformando a relação do homem com o homem, como forma de continuidade da espécie, saindo da situação de sobrevivência no limite dos explorados e “domesticados” pelo poder e pelo capitalismo, e colocando essencialmente a questão política e da transformação das relações capitalistas como solução da exploração e como possibilidade de sobrevivência da espécie humana. Assim,

⁶ Sobre todos esses pontos ver Zanotelli (2019, p-72-93) e Musto (2018).

[...] o casamento da domesticação com a exploração permitiu a Bunge de erguer a técnica em mediador social e biológico das relações de dominação e de produção dos territórios, e, por essa via, demonstrando que a configuração capitalista dos territórios representa um limite à sobrevivência, na medida em que o princípio primeiro de sua organização não é sua própria reprodução biológica [a sobrevivência das crianças nos bairros operários da Detroit industrial analisada por Bunge]. (GARCIA; GRANGÉ, 2016, p. 178).

Bunge, segundo os termos de Garcia e Grangé (2016), colocava a relação homem-homem no centro da análise e sem reduzir a análise social da relação com o meio a uma economia política dos recursos, operando uma crítica radical da técnica e do capitalismo, da geopolítica e da discriminação social e racial, permitindo uma geografia que pensa não somente as condições sociais de produção dos territórios e do ambiente, mas também aquela de seu desaparecimento, reiterando assim um conceito forjado por Elisée Reclus de Geografia Social que ele preferia àquele de ecologia.

A seguir apresentamos de maneira sucinta uma nova perspectiva sobre o meio baseada em Augustin Berque.

Uma nova perspectiva sobre o meio

A emergência e as transformações do conceito de meio e a destruição e espoliação econômica indicam a necessidade de um debate epistemológico que busque compreender, em conexão com os fatos e a sua inscrição local e regional, a relação da sociedade com a natureza a partir de uma perspectiva do meio e da mesologia em um novo sentido que foi dado por Augustin Berque (2018).

Berque pensa, como Pelletier, que o *environnement*, o ambiente, é objeto da ecologia, como forma de objetivação do conhecimento da natureza, e pensa o meio, a mesologia, como uma relação construída do ser com o que nos envolve, e é isso que cria o meio. Não é a relação de um sujeito com um objeto, mas uma perspectiva em que o sujeito se assume como se ele fosse a própria natureza, não uma bipartição ou um vai e vem entre o sujeito (sociedade) e a natureza (objeto). O sujeito, no ato de se assumir como natureza – nos sentidos, na ação, no pensamento e na linguagem –, ultrapassaria o dualismo da relação. Quando estamos em uma paisagem, fazemos corpo com ela e estamos numa relação particular de mediação. Assim, pensamos que, quando há uma transformação e uma destruição do próprio meio, o sujeito se vê como o meio destruído e se identifica com a própria destruição, numa espécie de mimetismo.

Desse modo, segundo Augustin Berque, o sujeito/objeto (ambiente) entra numa relação ternária com o predicado (as qualidades intensivas e extensivas dos fenômenos) por meio de uma conexão em que a realidade (o ambiente) é o ser. O meio ou a realidade não é um objeto, é uma relação existencial para o ser. Assim, a noção de meio para o autor envia ao fato de que a ciência, parando de ser o espectador da natureza, se reconhece ela mesma como parte das ações recíprocas entre a natureza e o homem: o método em ciência

não pode mais não estar incluído em seu objeto; o emprego do método transforma seu próprio objeto, e por isso mesmo a realidade não é nem objetiva e nem propriamente subjetiva, mas ela é trajectiva, um entre dois, o “intérprete da relação podendo ser humano ou não humano”, em virtude da mediação as coisas vão existir concretamente (BERQUE, 2018).

Para Berque o meio é um sistema ecológico-técnico-simbólico em função do qual nós mesmos existimos tal qual nós somos e reciprocamente, numa inter-relação que lembra a noção de Foucault de dispositivo. Os mesmos homens em meios diferentes têm comportamentos diversos, bem como homens de culturas diferentes nos mesmos meios que outros podem ter também comportamentos diversos. Da mesma forma que com as outras formas de vida. Ou seja, não há uma regra geral para definir essas relações, elas enviam a uma pressuposição recíproca dos entes e dos meios. A vida e o vivente vivem numa realidade carregada de signos e de sentidos nos meios concretos, e não numa abstração bruta do ambiente. O acaso da mutação e a mecânica da seleção natural são insuficientes para explicar os sentidos da vida, que não se reduz a uma pura relação de estímulos-adaptação a determinado meio (UEXKÜLL *apud* BERQUE, 2018, p. 36). Assim os seres se modificam no meio e pelo meio da mesma forma que o meio se modifica pelas sociedades e com as sociedades. Isso se inscreve na tendência contemporânea de reconsideração das racionalidades dominantes que foram erguidas como *modus operandi* do capitalismo.

No entanto, questionamos até que ponto ainda não estão estas teses inclusas num mecanismo que perpetua as noções de “consciência” necessária e de “revelação” de uma “verdade” aos homens; que, ainda que questione as verdades científicas, não desvela os modos de funcionamento do biopoder e das técnicas de governo e das lutas de poderes concretas que produzem um outro ser ou uma cisão do ser pelo interesse, malgrado a demonstração teórica bem feita da dupla face do humano e do não humano.⁷

Numa outra vertente, mas muito próxima por certos aspectos dessa conceituação do meio, está o pensamento indígena estudado por Viveiros de Castro em *Metafísicas canibais* (2015, p. 217-231 [2009]). O autor reivindica uma filosofia indígena que pensa os não humanos no mesmo plano que os humanos, resultando numa divergência de perspectivas que não busca uma referência transcendental ou universal ou uma relação de sujeito e objeto, portanto fora do dualismo que invocamos antes. Viveiros de Castro em relação ao “perspectivismo” indígena nos diz que o diálogo com esse pensamento deve se fazer no trajeto de se pensar com eles e multiplicar as possibilidades de pensamento sobre nosso próprio mundo.

Essas leituras de Viveiros de Castro, próximas no nosso entender das de Berque, estão num fértil diálogo com o pensamento de Deleuze e Guattari (1980) no que tange à imanência sociedade-natureza e à relação do humano com o não humano, quando se referem à pluralidade de mundos e ao sair da posição objetal da natureza construída pela

⁷ Ver a esse propósito, na linhagem de uma pressuposição recíproca do humano e do não humano, o conceito de ecofilosofia forjado por Jean Calmon Modenesi (2021) a partir de autores como Deleuze e Guattari e Heidegger.

tradição filosófica e pelas ciências dominantes. Além disso, ela se inscreve em linhagem direta e reconhecida pelo autor à obra de Lévi-Strauss e a sua mediação entre o pensamento-mito indígena e o pensamento ocidental (ZANOTELLI, 2019).

O pensamento indígena permite, igualmente, sair das racionalidades dominantes e instaurar uma outra vida que vê a natureza numa outra perspectiva diferente daquela da sociedade industrial. E ele exerce uma guerra epistemológica e estratégica inspirada na ideia da criação do rival, que é derivada do sistema de pensamento indígena sul-americano e que foi interpretada por Pierre Clastres como uma das formas de impedir a emergência do Estado nessas sociedades (DELEUZE; GUATTARI, 1972; ZANOTELLI, 2014). Assim, as críticas às racionalidades dominantes se encontram no próprio pensamento indígena, bem como as lutas contra as destruições do seu meio e de sua cultura.

Nesse sentido, os indígenas vão ao encontro, como vimos anteriormente, conforme demonstram os historiadores, dos alertas sobre os perigos das invenções técnicas e tecnológicas coloniais e capitalistas. Esses alertas não são recentes, Fressoz (2013) escreve que há mais ou menos 200 anos os alertas e os perigos ambientais já eram descritos, debatidos, contestados, havia resistências, etc. No entanto, mesmo assim, as inovações técnicas e tecnológicas que levaram à expansão das próteses capitalistas na sociedade se ampliaram, as destruições persistiram.

Fressoz (2013) se interroga sobre por que assim foi e assim é. Para sintetizar isso ele forjou o conceito de “desinibição moderna”, que explica como, apesar dos perigos e dos riscos, se contornaram as reticências, produziram-se justificativas racionais, anteciparam-se as críticas, produziram-se normas e fez-se aceitar as mudanças técnicas e tecnológicas. Assim, os Estudos de Impactos Ambientais e os Relatório de Impactos Ambientais contemporâneos no Brasil e as famigeradas compensações ambientais, que criam muitas vezes dependências de populações inteiras deslocadas pelos processos produtivos e espoliativos, são dispositivos de “segurança”, de convencimento, de reparação que perpetuam e justificam o desenvolvimento do capitalismo. Fressoz escreve que a admissão de riscos, que seriam circunscritos pela precaução e pela produção de normas, produção dos saberes, pelas normas jurídicas e as estruturas retóricas, secretou a desinibição moderna em relação ao “desenvolvimento”. Instauraram-se, dessa maneira, comitês de especialistas que justificavam inovações pelo bem da economia e da nação, e a própria financeirização dos impactos sobre o meio já era invocada e praticada desde o início do século XIX (FRESSOZ, 2013, p. 3-4).

Considerações finais

A historicidade do conceito de meio e seus avatares de ambiente e meio ambiente, bem como a ecologia, tiveram ao longo do tempo uma heterogeneidade de sentido. Eles se transformaram conforme se modificavam as formas modernas de relação do homem com a natureza que engendraram de maneira predominante situações de devastação ambiental. Historicamente a percepção da devastação ambiental esteve presente desde o século XVIII na Europa e nos territórios coloniais, porém ela sempre foi contornada pelos processos de relações de poder e pelas autojustificativas produzidas pela ciência em suas

relações com a economia e com a política, fazendo emergir processos de controle por intermédio do meio e à distância, com a biopolítica e as ações sobre os corpos como lugar de todas as experimentações em relação à vida e à saúde e doença, que foram paralelos e nasceram no mesmo solo epistemológico que as formas de produção industrial e de colonização da natureza.

Os estudos na Geografia sobre meio e sobre as destruições provocadas pelo capitalismo foram numerosos desde cedo, e muitos foram premonitórios, como aqueles de Reclus, de Jean Brunhes e de Max Sorre, invocando, para esse último, com os complexos patogênicos, os riscos que se viviam na primeira metade do século XX e que se vivem intensamente hoje com as pandemias como as da Covid-19, que são resultado da transformação dos *habitats* de espécies animais que são portadoras de vírus e que os transmitem para os homens.

Porém novas concepções do meio, como aquelas de Augustin Berque – próximas daquelas do pensamento indígena –, revelam sua fertilidade para conexões com outras formas de pensamento e de relações de poderes e saberes que poderiam abrir possibilidades de se sair do impasse em que se engajaram a ciência e a técnica dominante nos quadros neoliberais e, em particular, no caso dos países do denominado Sul global, com o extrativismo acentuado que entra nos quadros das trocas globais de mercadorias. Assim, malgrado os discursos “ecológicos” e as lições que dão certas nações do Norte global aos países do Sul, passa-se sob silêncio sua própria demanda de matéria-prima crescente na atualidade, processo que tem repercussões catastróficas sobre as sociedades e sobre a natureza, conforme os inúmeros exemplos de desastres ambientais provocados por atividades industriais no Brasil. Por outro lado, o Norte global não resgatou suas “dívidas históricas” com os países do Sul, ex-colônias em sua imensa maioria, pela devastação social e ambiental que resultou dessa colonização, bem como não há uma compensação clara da responsabilidade histórica das economias industriais na emissão de gases de efeito estufa e nas mudanças climáticas que podem engendrar a difusão de patógenos diversos. Ao contrário, os países do Sul são mantidos na dependência via trocas desiguais que os levam a aumentar suas dívidas com bancos multinacionais, cujas sedes se encontram nos países do Norte. Assim, essas nações são levadas a pagar essas dívidas financeiras com mais devastação ambiental, exportando matérias-primas.

Resta-nos apontar, igualmente, para a diversidade das realidades globais, nacionais, regionais e locais na relação da sociedade com o meio em suas diversas escalas de interação e com análises em níveis variados que forneceriam leituras enriquecedoras do debate mais global, procurando examinar as diferenças e complementaridades nas histórias que atingem esse Sul global, a exemplo da forma metodológica como o fez Yves Lacoste (1980) no debate sobre a heterogeneidade dos terceiros-mundos no passado. Mas essa história e essa geografia ficarão para outro artigo.

Cláudio Luiz Zanotelli é bolsista de Produtividade do CNPQ- PQ2. Este artigo se insere no projeto Geopolítica, geoeconomia e paisagens do petróleo na região costeira do Sudeste do Brasil, apoiado pelo Edital CNPq/FAPES Nº 06/2019 – Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem).

Referências

- BERDOULAY, V. *A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- BERQUE, A. *La mésologie, pourquoi et pour quoi faire?* Nanterre: Presses universitaires de Paris-Ouest, 2014.
- BERQUE, A. Trajection et réalité. In: AUGENDRE, Marie; LLORED, J; NUSSAUME, Y. (dir.). *La mésologie, un autre paradigme pour l'anthropocène?* Autour et en présence d'Augustin Berque. Paris: Hermann, 2018. p. 29-40.
- BOMBARDI, L. M. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: USP-FFLCH, 2017.
- BONNEUIL, C; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *L'événement anthropocène: la Terre, l'histoire et nous*. Paris: Seuil, 2013.
- BORGO, I.; ROSA, L.; PACHECO, R. *Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento*. Vitória: Edufes, 1996.
- BRUNHES, J. *La géographie humaine*. Paris: Félix Alcan, 1925 [1910]. 2 v.
- CALMON MODENESI, J. A ecofilosofia no pensamento de Heidegger e de Deleuze/Guattari. *Geografares*, v. 1, n. 33, p. 8-32, 2021. DOI: 10.47456/geo.v1i33.37081.
- CANGUILHEM, G. *La connaissance de la vie*. Paris: Hachette, 1952.
- CASTRO, E. V. de. *Metafísicas canibais*. São Paulo: Cosac Naify, 2015 [2009].
- CLAVAL, P. *Histoire de la géographie française: de 1870 à nos jours*. Paris: Nathan, 1998.
- COSTA, A. G. Desmatamento na Amazônia em 2021 é o maior dos últimos 10 anos. *CNN Brasil*, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desmatamento-na-amazonia-em-2021-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/>. Acesso em : 23 jul. 2022.
- DARDOT, P; GUÉGUEN, H; LAVAL, C; SAUVÊTRE, P. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.
- DARDOT, P; LAVAL, C. *Commun: essai sur la révolution au XXIe. Siècle*. Paris: La Découverte, 2014.
- DEAN, W. A conservação das florestas no Sudeste do Brasil, 1900-1955. *Revista de História*, n. 133, p. 103-116, 2. sem. 1995.
- DELEUZE, G; GUATTARI, Felix. *Capitalisme et schizophrénie 1: anti-Édipe*. Paris: Ed. Minit, 1972.
- DELEUZE, G; GUATTARI, Felix. *Capitalisme et schizophrénie 2: mille plateaux*. Paris: Minit, 1980.
- FOSTER, J. B. *Marx écologiste*. Paris: Amsterdam, 2011.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, 2004b.

FOUCAULT, M. Qu'est-ce que les lumières? In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits II: 1976-1998*. Paris: Gallimard, 2001. p. 1381-1402.

FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Gallimard, 2004a.

FRESSOZ, J. Biopouvoir et désinhibitions modernes: la fabrication du consentement technologique au tournant des XVIIIe et XIXe siècles. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, n. 60-4/4 bis, p. 122-138, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/rhmc.604.0122>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FRESSOZ, J. *L'apocalypse joyeuse: une histoire du risque technologique*. Paris: Seuil, 2012.

GARCIA, P; GRANGÉ, J. Trouver le bord du milieu: les occasions manquées d'une écologie politique de la limite. In: CHARTIER, D; RODARY, E. *Manifeste pour une géographie environnementale*. Paris: SciencesPo, 2016. p.165-184.

GEORGE, P. Perspectives de recherche pour la géographie des maladies. *Annales de Géographie*, n. 484, p. 641-650, nov./déc. 1978.

GERALDINO, C. F. G. *O conceito de meio na Geografia*. 134 f. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2010.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos e y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *Revista Extractivismo, política y sociedad*, v. 187, p. 187-225, 2009.

HICKEL, J; DORNINGER, C; WIELAND, H; SUVWANDI, I. Imperialist appropriation in the world economy: drain from the global South through unequal exchange, 1990–2015. *Global Environmental Change*, v. 73, Mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102467>. Acesso em 23 jul. 2022.

HUMBOLDT, A. de. *Cosmos: essai d'une description physique du monde*. Paris: Utz, 2000 [1845-1851]. 2 t.

LACOSTE, Y. *Unité et diversité du Tiers Monde*. Paris: François Maspero-Hérodote, 1980. 3 v.

LAVAL, C. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo, 2002.

LAVAL, C. *Foucault, Bourdieu et la question néolibéral*. Paris : Editions La Découverte, 2018.

LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MADEIRO, C. País perde quase um estado do RJ em vegetação nativa em 3 anos, diz estudo. *UOL Notícias*, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/07/18/relatorio-pais-perdeu-quase-um-estado-do-rio-em-vegetacao-nativa-em-3-anos.htm>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MUSTO, M. *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, A. U. (org.). *A grilagem de terra na formação territorial do Brasil*. São Paulo: São Paulo: USP - FFLCH, 2020.

PELLETIER, P. Pourquoi Élisée Reclus a choisi la géographie et non l'écologie. In: CHARTIER, Denis.; RODARY, Estienne. *Manifeste pour une géographie environnementale*. Paris: SciencesPo, 2016. p. 103-124.

PIERRE, G. Perspectives de recherche pour la géographie des maladies. *Annales de Géographie*, t. 87, n. 484, p. 641-650, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/geo.1978.18004>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PORTO-GONÇALVES. *Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

RECLUS, É. *L'homme et la Terre*. Paris: Librairie Universelle, 1905-1908. 6 v. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65596472/f14.item.texteImage>. Acesso em: 23 jul. 2022.

RECLUS, É. *L'homme et la Terre : histoire contemporaine*. Paris: Fayard, 1990. 2 t. (Última parte de *L'homme et la Terre* publicado em 1905 e 1908).

RODARY, E. Présentation de Les fondements biologiques de la géographie humaine. Maximilien Sorre. *Écologie & Politique*, v. 3, n. 26, p. 189-199, 2002.

SANTOS, L. A dos. As fotografias das viagens de campo do IBGE na Revista Brasileira de Geografia (1939-1968): uma análise quantitativa. *Revista Geografares*, n. 34, p. 140-164, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/38572>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Z; MARAFON, G. J. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SAUVÊTRE, P.; LAVAL, C; GUÉGUEN, H; DARDOT, P. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.

SCARIM, P. Do pensamento físico ao pensamento físico-químico-fisiológico. A noção de meio e o pensamento geográfico moderno. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 10-15 out. 2021, on-line. *Anais [...]*. [s. l.]: Anpege, 2021. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA110_ID240305112021192944.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

SCARIM, P. O vitalismo e o pensamento geográfico moderno. *Geografares*, v. 1, n. 32, p. 30-51, 2021a. DOI: 10.47456/geo.v1i32.32075. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/32075>. Acesso em: 13 jul. 2022.

- SORRE, M. Geografia dos regimes alimentares (“Géographie des régimes alimentaires”). Tradução de Ana Letícia Espolador Leitão e José Carlos Braz Machado. *Geografares*, n. 25, p. 7-59, 2018. DOI: 10.7147/GEO25.17665. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/17665>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- SORRE, M. *Les fondements de l'écologie humaine*. Tome premier: Les fondements biologiques: essai d'une écologie de l'homme. Paris: Armand Colin, 1951 [1943].
- SOUZA, M. L. de. O que é a Geografia Ambiental? *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 1, n. 1, p. 14, 2019. DOI: 10.48075/amb.v1i1.22684.
- SOUZA, M. L. *Por uma geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- TAYLAN, F. *Mésopolitique: connaître, théoriser et gouverner les milieux de vie (1750-1900)*. Paris: Editions de la Sorbonne, 2018.
- UEXKÜLL, J. von. *Mondes animaux e monde humain*. Paris: Denoël, 1965 [1956].
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: PUF, 1996.
- ZANINETTI, J; MATHEWSON, K. La contribution singulière de Carl Saur à l'émergence d'une sensibilité écologique en géographie. In: CHARTIER, D; RODARY, E. *Manifeste pour une géographie environnementale*. Paris: SciencesPo, 2016. p. 205-226.
- ZANOTELLI, C. L. *As estruturas abertas e mutantes do pensamento e do mundo: derivas entre a geografia e a antropologia*. São Paulo: Tiragem Livre, 2019.
- ZANOTELLI, C. L. *Geofilosofia e geopolítica em Mil Platôs*. Vitória: Edufes, 2014.
- ZANOTELLI, C. L; FERREIRA, F. C. Entre a soberania e a governamentalidade neoliberal: o processo de privatização do Grupo Petrobras. *Revista Continentes*, n. 18, p. 8-66, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i18.370>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Doutor em Geografia Humana, Econômica e Regional pela Universidade de Paris X, Nanterre (1998). Realizou Pós-Doutorado no LATTs - École Nationale des Ponts et Chaussées (2004-2005), Paris, França. e um Pós-doutorado no IPPUR-UFRJ (2018-2019). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo onde atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Departamento de Geografia.

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910

e-mail: claudio.zanotelli@ufes.br

orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2070-1109>

Recebido para publicação em junho de 2022.
Aprovado para publicação em julho de 2022.